

Estatuto da Cidade

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001

Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental

DIRETRIZES GERAIS

Pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana

Cidades Sustentáveis

direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações

Gestão Democrática

participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano

Cooperação

entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social

Planejamento do Desenvolvimento das Cidades

distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência

Interesses e Necessidades da População e Características Locais

oferta adequada de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos

Ordenação e Controle do Uso do Solo, para evitar:

a utilização inadequada dos imóveis urbanos; a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas; a poluição e a degradação ambiental

Integração e Complementaridade entre as Atividades Urbanas e Rurais

tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município e do território sob sua área de influência

Padrões de: Produção, Consumo de Bens e Consumo de Serviços e de Expansão Urbana

compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência

Benefícios e Ônus da Urbanização

justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização

Política Econômica, Tributária e Financeira e dos Gastos Públicos

adequação dos instrumentos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais

Recuperação dos Investimentos do Poder Público

através da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas

Proteção, Preservação e Recuperação

do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico

Audiência do Poder Público Municipal e da População Interessada

nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população

Regularização Fundiária e Urbanização de Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda

mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais

Simplificação da Legislação

de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas municipais, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais

Isonomia (igualdade) de Condições para Agentes Públicos e Privados

na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Empresa de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos municípios e de captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná, tendo sede em Curitiba e 5 Escritórios Regionais.

Sede - Curitiba (0XX)41-350-3300 / Escritório de Cascavel (0XX)45-223-2081
Escritório de Londrina (0XX)43 348-4997 / Escritório de Maringá (0XX)44-262-5255
Escritório de Guarapuava (0XX)42-622-2342 / Escritório de Irati (0XX)42-422-1553
<http://www.paranacidade.org.br>

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

